## ENTRE HISTÓRIA URBANA E HISTÓRIA DA CIDADE: QUESTÕES E DEBATES BETWEEN URBAN HISTORY AND HISTORY OF THE CITY: ISSUES AND DEBATES

Charles Monteiro Doutor em História Social pela PUCSP Professor do PPGH da PUCRS E-mail: monteiro@pucrs.br

**RESUMO:** Este texto visa a elencar algumas questões para pensar a cidade e o urbano no campo dos estudos históricos, bem como indicar algumas das principais direções de pesquisa na historiografia brasileira recente. A primeira questão refere-se à delimitação de um campo de pesquisa entre a História da Cidade e a História Urbana. O que diferenciaria a História Urbana ou a História da cidade de outros campos da História, esse recorte corresponderia a um objeto próprio, a uma problemática de pesquisa, a uma metodologia de trabalho ou a uma teoria particular no campo historiográfico?

PALAVRAS CHAVE: História Urbana; História da Cidade; Historiografia.

**ABSTRACT**: This text aims to list some issues to think about the city and the urban history in the field of historical studies, as well as indicate some of the main research directions in recent Brazilian historiography. The first question refers to the delimitation of a survey among the city's history and urban history. What differentiate the urban history or the history of the city from other fields of history, this cut would correspond to an object, a search problem, a methodology or a particular history theory in the field?

**KEY WORDS:** Urban History; History of the city; Historiography.

As possibilidades de interpretação sobre a cidade são múltiplas. Diferentes caminhos se abrem ao investigador que pretende responder às questões que as experiências e as formas de organização social no espaço urbano lhe sugerem. O intérprete das práticas sociais no e do espaço urbano precisa construir meios para compreender e explicar esse fenômeno multifacetado. Como um cristal, a cidade decompõe em um amplo espectro a luz que projetamos sobre ela. O habitante confere significados e sentidos às suas práticas no espaço urbano. No passado, médicos, sanitaristas, engenheiros, urbanistas, políticos e homens de letras pensaram e produziram seus discursos de poder, normatização e controle sobre a cidade e seus habitantes. No presente, historiadores, geógrafos, sociólogos e

antropólogos também produzem seus discursos e suas imagens de cidade ao tentar explicála.

A categoria cidade é frequentemente utilizada, porém ainda pouco discutida. O surgimento das primeiras cidades na Antiguidade Oriental marca um novo patamar de organização política, econômica, social e cultural. Na Grécia Antiga, a cidadela ou *polis* tornou-se o lugar da comunidade política por excelência. A República Romana organizou-se a partir de Roma, Cidade-Estado e, posteriormente, capital de um imenso Império. Na Idade Média, as cidades tiveram um papel de centros de difusão do saber com a fundação das universidades de Bolonha, Paris e Oxford, entre outras, de capitais religiosas (como Roma e Avignon) e lugares de mercado (Londres, Paris, Lyon, Barcelona, Veneza, Genova, Florença). Na Idade Moderna surgem as cidades-capitais, centros burocráticos (Madri, Lisboa) que exploram os campos e os camponeses ao seu redor.

Porém, foi a partir do século XIX com a industrialização, que as cidades tornaramse uma variável central para compreender a nova organização social e política da sociedade ocidental. O que se aprofunda no século XX, que assistiu a um acelerado processo de urbanização, sobretudo nos países emergentes. Surgiram as megalópoles e às antigas funções administrativas, políticas, econômicas e culturais da cidade incorporaram-se outras. Algumas cidades se tornaram centros de redes mundiais de tráfego de informações, de capitais e de pessoas, misturando simultaneamente uma rede de lugares e não-lugares.

O texto clássico de Max Weber *Conceito e categoria de cidade* (1987, pp. 72-82) definiu-a como o lugar do mercado e da administração pública, que possuía relativa autonomia política. Definição que explica a fundação de várias cidades alemãs, entre elas a de Berlim, que surgem como entrepostos comerciais e, posteriormente, tornam-se centros administrativo-políticos. Jean-Luc Pinol, em *Le Monde de ville au XIX siècle* (1991, pp. 11-32), num estudo comparativo entre as cidades francesas, inglesas, alemãs e americanas, optou pela definição de *ville*, *town*, *city* ou *stadt* usada pelos contemporâneos, seguindo as alterações de seu significado ao longo do tempo.

Pois, em cada um desses países a tradição, os privilégios e a legislação definiam diferentes *status* para as aglomerações urbanas. Por exemplo: na Inglaterra, a denominação *town* correspondia não apenas a certa dimensão física da aglomeração, mas aos privilégios

concedidos aos seus habitantes pelo Parlamento. No fim do século XVIII, na França, as distinções entre *village*, *ville* e *cité* que caracterizavam diferentes privilégios políticos, jurídicos e financeiros dos habitantes (burgueses, mercadores) foram abolidas pelo governo revolucionário, que concedeu a todas as aglomerações o título de "comuna" igualando os seus direitos políticos.

A cidade no século XVII era uma concentração de construções delimitada por fortificações, que marcam a sua diferença em relação aos campos que a circundavam. No século XVIII, os muros foram transformados em bulevares, ou seja, caminhos para o passeio e o deleite da aristocracia que ofereciam uma excelente vista dos arredores. No século XIX, a cidade ultrapassa os muros, que limitavam seu crescimento, incorporando os arredores e a área dos povoados contíguos ao seu território. A cidade aberta, então, passou a ser definida por suas funções políticas, econômicas, sociais, culturais e por sua importância populacional no contexto regional ou nacional.

No capítulo "Logiques Urbaines" do volume quatro *de La ville de l'âge industriel.* Le cycle hausmannien da obra coletiva em cinco volumes Histoire de la France Urbaine, Marcel Roncayolo (1998, pp. 17-24) critica a tentativa de estabelecer uma relação direta entre processo de urbanização e o de industrialização na França do século XIX. Ele afirma que o processo de urbanização precedeu o de industrialização e teria seu próprio ritmo, visto que mesmo o processo de industrialização não atingiu todo o país, nem seguiu o mesmo ritmo nas diferentes regiões francesas ao longo do século XIX, nem mesmo após a Segunda Guerra.

Assim, a urbanização teria um ritmo próprio, ora tentando dar conta do crescimento demográfico e econômico, ora tentando antecipá-lo e orientá-lo. Logo, não há uma relação de determinação necessária entre o desenvolvimento urbano e as cronologias econômicas. O que deveria ser repensado nas pesquisas sobre urbanização no Brasil.

Num do estudo sobre a categoria cidade, Raquel Rolnik (1988) define-a como um espaço de confluência de dinâmicas econômicas, políticas, sociais, demográficas, culturais e simbólicas. Nesse sentido, abre-se mão de pensar categoria a cidade como um *a priori*, válida universalmente. Devendo-se pensá-la como uma realidade social, cultural, política,

econômica e simbólica complexa e multifacetada no tempo, cuja definição deve se adequar à problemática e aos objetivos da pesquisa.

Segundo Raquel Rolnik (1988, p. 9), a cidade guarda marcas de vários tempos e processos sociais no espaço urbano construído, materializando sua própria história como uma espécie de escrita no espaço. A cidade é uma realidade plural e polifônica, trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Os diferentes sujeitos e grupos sociais se apropriam desse espaço, o experienciam e produzem representações (memórias e um imaginário) sobre ele, que visam a explicar a dinâmica própria desses grupos sociais se constituírem na cidade. Os grupos tanto constroem a cidade enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ela.

Este texto visa a elencar algumas questões para pensar a cidade e o urbano no campo dos estudos históricos, bem como indicar algumas das principais direções de pesquisa na historiografia brasileira recente.

A primeira questão refere-se à delimitação de um campo de pesquisa entre a História da Cidade e a História Urbana. O que diferenciaria a História Urbana ou a História da Cidade de outros campos da História, esse recorte corresponderia a um objeto próprio, a uma problemática de pesquisa, a uma metodologia de trabalho ou a uma teoria particular no campo historiográfico?

A tarefa é desafiadora, tanto no sentido de definir limites disciplinares numa área caracterizada por uma tradição multidisciplinar, e, em consequência disso, por múltiplos aportes e visadas teóricas, quanto de precisar problemáticas de pesquisa. O que se pode fazer é vislumbrar algumas linhas de força num campo plural e fluído.

Além das mudanças no campo da produção historiográfica, a expansão do processo de globalização, com a crise do quadro nacional pela formação de blocos econômicos e da formação de redes reais e virtuais entre regiões e cidades, levaram a pensar o local, o território e as micro-políticas dentro do global. Nesse sentido, as mudanças tanto na esfera da epistemologia do conhecimento histórico, quanto nas dinâmicas socioeconômicas e políticas, estimularam a multiplicação das pesquisas sobre a História Urbana.

No entanto, falta ainda uma definição clara do que seria a História Urbana entre o empirismo das biografias urbanas produzida pelos polígrafos, o formalismo da História do Urbanismo feita pelos urbanistas e a História das cidades escrita pelos historiadores.

As biografias urbanas ou histórias locais são um gênero narrativo muito antigo, recuando pelo menos até o século XVI (lembremo-nos da *História de Florença* encomendada a Nicolau Maquiavel) que até o início do século XX era produzido por não especialistas em História: juristas, literatos, jornalistas, padres, militares etc. Elas eram narrativas cronológicas, não sistemáticas, em tom laudatório sobre acontecimentos e personagens relevantes para a sociedade local, que não tinham a preocupação de inserir estes acontecimentos em processos mais amplos e de buscar apoio teórico para explicá-los.

Por outro lado, a história do urbanismo procurava inventariar as formas e os modelos urbanos, criando tipologias de cidades em função de elementos formais como desenho urbano, funções, qualidade dos exemplares arquitetônicos etc. Obra de arquitetos e urbanistas, ela surgiu ligada aos campos da história da arte e da arquitetura, com ênfase na qualidade estética e formal dos espaços construídos, com pouca ou nenhuma preocupação com aspectos econômicos, sociais e políticos.

Os historiadores passaram a se preocupar mais diretamente com a cidade apenas no final do século XIX, em função das migrações e imigrações em grande escala de populações, acompanhadas por mudanças na organização da agricultura e pela expansão da industrialização. Diga-se de passagem, não só os historiadores, mas também os geógrafos e cientistas sociais. Os geógrafos com seus trabalhos sobre demografia e populações urbanas. Os cientistas sociais com suas pesquisas sobre os efeitos da urbanização e sobre o crescimento da criminalidade entre as classes populares, como os estudos da chamada Escola de Chicago nos EUA dos anos 1920. Noutra direção, George Simmel refletia sobre a vida mental da metrópole, na qual um conjunto enorme de novos estímulos produzia os seus efeitos sobre o homem moderno (Cf. Velho, 1987).

Os historiadores dirigiram sua atenção para o urbano como elemento de explicação histórica. As pesquisas voltaram-se para o papel das cidades em processos mais amplos, como o desenvolvimento do capitalismo (aqui podemos lembrar das obras de Henri Pirenne

e de Fernand Braudel). Porém, estes estudos eram ainda muito heterogêneos e não apresentavam perspectivas metodológicas e teóricas em comum.

Foi em meados do século XX, que os historiadores começaram a se organizar nos EUA e no Reino Unido para produzir estudos mais consistentes sobre a relação entre mudança social, industrialização e urbanização. Entre os anos 1960 e 70, surgiram centros de estudos urbanos (Joint Center for Urban Studies no Massachusetts Institute of Technology), obras (*The Historian and the City*, 1963) e revistas (*Urban History Newsletter*) que procuravam divulgar pesquisas, definir e legitimar um novo campo de investigação: História Urbana (Cf. Silva, 2004).

Nesse período, o crescimento acelerado das taxas de urbanização e a segregação urbana nas grandes cidades, aliado a organização de movimentos sociais urbanos consagraram a chamada "questão urbana", para lembrar o título de um trabalho clássico de Manuel Castells (2000).

Duas grandes tendências se opunham no estudo da História Urbana: a História Urbana que se preocupava com pesquisas monográficas sobre as particularidades da formação urbana e social de uma cidade, e, por outro lado, a "urban as a site" estudava a cidade e a explicava a partir de processos econômicos e sociais que se expressavam nela, mas também a ultrapassavam (Silva, 2004). Ou seja, buscava explicar dinâmicas sociais e econômicas que tinham seu *locus* privilegiado na cidade mais eram parte de dinâmicas muito maiores dentro do capitalismo.

Essa continua sendo uma questão de difícil solução. Marcel Roncayolo (1986) sugeria que a História Urbana deveria equilibrar os estudos das tendências, das redes, dos processos com o estudo das particularidades e identidades das cidades. A cidade não pode ser entendida unicamente no interior de seus limites, cada vez mais fluidos, ela está em relação mais ou menos estreita com o espaço que a circunda. Ela é o centro de um território, de uma rede ou estrutura urbana que liga urbano e rural, bem como várias cidades entre si.

Por outro lado, a História Urbana não seria apenas aquela que tematiza processos econômicos, sociais e culturais que ocorrem na cidade, mas como a organização da sociedade no espaço urbano e sua formação ao longo do tempo também colocam barreiras

ou facilitam esses processos – é parte integrante dos processos de disputa e formação de consenso social, bem como na construção de representações e do imaginário social.

Maria Stella Bresciani (1992), em texto seminal, afirmava que múltiplas são as portas que se abrem para refletir sobre a cidade. A partir desse convite, passo agora a arrolar algumas das diferentes formas de abordagem da cidade na historiografia brasileira das décadas de 1990 e 2000.

Uma primeira abordagem seria a questão técnica, que refere-se às pesquisas sobre higiene, embelezamento, habitação e a criação de leis e de políticas públicas que foram elaboradas a partir do século XIX para ordenar e disciplinar os espaços da cidade. Surgia a questão social e, com ela, se cria uma nova ciência para disciplinar e planejar os usos sociais urbanos do espaço da cidade: o urbanismo. A porta técnica também reúne os projetos e planos de remodelação da cidade, que são a utopia projetiva da criação de uma cidade ideal. Um trabalho importante é a obra organizada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Robert M. Pechman (1996) *Cidade Povo e Nação*, que procura pensar na transferência de modelos urbanísticos e a sua aplicação no Brasil. Nicolau Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole* (1998) trata das transformações das práticas cotidianas e no imaginário de cidade a partir da introdução do automóvel, do avião, do rádio e do planejamento urbano na São Paulo dos anos 1920.

A segunda abordagem, a da questão social, surge com uma nova sensibilidade frente aos pobres que passam cada vez mais a ocupar a cena pública. Por um lado, pelas implicações políticas da sua mobilização, conhecidas desde a Revolução Francesa, de outro pelos problemas de organização da aglomeração das classes trabalhadoras ao redor das fábricas e dos bairros operários. A imagem de bárbaros saídos de cavernas milenares para se transformarem em força de trabalho nas fábricas, fala dos temores da burguesia frente essa população cada vez mais numerosa e tida como "perigosa" que ocupa o espaço público e contra a qual é necessário defender-se e criar novos espaços de sociabilidade burgueses.

Margareth Rago em *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar* (1997) aborda essa nova sensibilidade e projetos de higienização e controle social do espaço urbano na Primeira República. Sandra Pesavento procurou desconstruir e fazer a crítica desse projeto social de disciplinamento das elites políticas republicanas e apresentar a cidade invisível

nos relatórios administrativos em *Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no século XIX* (2001).

A terceira abordagem trata da formação de identidades sociais, sobretudo a partir do ponto de vista e do olhar da burguesia. A necessidade de categorizar e reconstruir as formas de distinção através de códigos sociais que a economia da produção estava modificando. Inúmeras publicações dirigidas ao público masculino e feminino ensinavam a ser classe: as regras de civilidade, o bem vestir, comer, morar, receber e a economia do lar, ser esposa, administradora, mãe etc. Os papéis sociais são reelaborados e os códigos redefinidos.

Na residência burguesa, o gabinete de leitura, passa a ser uma espécie de estojo onde se guardam as miniaturas, as gravuras e os postais, para desfrutar o mundo em privacidade. Uma armadura da individualidade contra os perigos constantes das ruas. Mas também, estudos sobre comunidades específicas no espaço urbano relacionadas à ocupação de determinados territórios e com práticas culturais marcadamente próprias.

A quarta abordagem, a nova sensibilidade burguesa sobre a cidade. A nova escala e a nova temporalidade da vida urbana alteram a percepção e a sensibilidade dos indivíduos que vivem a experiência rica e complexa das novas metrópoles do século XIX. A experiência da multidão, do anonimato, da solidão e os perigos do crime são os novos ingredientes que entram nos contos policiais criados por Edgar Allan Poe sobre Londres. A novela, o romance, a poesia e as crônicas foram lugares de elaboração da perda da experiência que cede lugar à vivência.

Baudelaire nos narra as imagens captadas pelo *flâneur* em suas andanças pela cidade em Pequenos Poemas em Prosa: a perda do halo do poeta em meio à lama do *bulevard*, o brinquedo da criança pobre e o olhar dos pobres diante no novo café. Uma experiência de perda, de fragmentação e de crise de identidade numa sociedade divida e segregada socialmente. Nesse sentido, talvez um bom exemplo seja o livro *Os sete pecados da capital* de Sandra Pesavento (2008).

Nesta altura, torna-se imperativo dizer que estas tentativas apesar de muito válidas e necessárias para pensarmos o estado da questão, tem se mostrado limitadas devido à diversidade de direções de pesquisa, tanto no tocante às temáticas quanto às orientações teóricas e metodológicas dos trabalhos desenvolvidos nos programas de pós-graduação. A

explosão da nebulosa História também repercutiu na produção historiográfica sobre História Urbana.

Entretanto, para os objetivos específicos de nossa reflexão gostaria ainda de apontar dois tipos de abordagem que vêm a algum tempo produzindo significativas contribuições para repensar a cidade na História.

Na esfera da Nova História Cultural e refere-se ao campo de pesquisa sobre história e linguagens, abrangendo estudos sobre literatura, música, fotografia, publicidade e outras linguagens que permitem problematizar as formas de representação e pertencimento social no quadro de uma cultura urbana. No entrecruzamento materialidade das práticas sociais e das representações simbólicas é que se vai buscar a compreensão da cidade.

A relação entre cidade e literatura para a construção de um imaginário de cidade está presente em vários estudos que pretendem compreender a forma como os contemporâneos sentiram e pensaram o processo de urbanização e de rápida transformação das formas de sociabilidade e da paisagem urbana. Exemplos dessa abordagem são as obras de Sandra Pesavento (1999) *O Imaginário da cidade* e de Robert M. Pechman (2002) *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*.

Outro campo é o da pesquisa sobre cidade e fotografia para compreender a construção de uma nova visualidade urbana a partir da segunda metade do século XIX. Um estudo de referência nessa área é o livro *Fotografia e Cidade* (1997) de Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho. As autoras criaram uma metodologia específica para analisar com os álbuns fotográficos produzidos sobre São Paulo, que foram usados para legitimar intervenções urbanas e novas formas de gestão urbana da cidade. A tese de Zita R. Possamai *Cidade Fotografada* sobre álbuns fotográficos (2005) e também a minha própria pesquisa sobre a fotografia e a construção de uma nova visualidade urbana nas revistas ilustradas (MONTEIRO, 2007; 2012) procuram compreender a construção de uma nova forma de olhar e representar a cidade de Porto Alegre entre 1900 e 1950.

Gostaria ainda de citar a novíssima vertente de trabalhos que abordam espaço e memória, os lugares de memória no espaço urbano, bem como aqueles que discutem a questão do patrimônio urbano como formas de compreender a cidade como um local de aprendizagem da história e da trajetória de uma sociedade no tempo.

Finalmente, concluo este arrolamento de obras e autores dizendo que ainda há muito por fazer no campo da História Urbana no Brasil, tanto no sentido das histórias locais, quanto no de inventariar e de sistematizar a historiografia produzida na área para compreender as principais linhas de investigação e também propor novos métodos de abordagem da história urbana.

## REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice et al. (Orgs.). *Histoire de la France urbaine*. Paris: Editions du Seuil, 1998. 5 vol.

ALMANDOZ, Arturo. Historiografia urbana em Latinoamerica: del positivismo al postmodernismo. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 7, p. 117-158, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. *Cidade e História*. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992, p. 11-26.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Imagens da cidade século XIX e XX*. São Paulo: ANPUH-SP/Marco Zero, 1993.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como História. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro. *Fotografia e cidade*: da razão urbana à lógica do consumo. álbuns de São Paulo (1887-1954). Campinas: Mercado de Letras, 1997.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. *Revista Brasileira de História*. V. 27, n. 53, p. 159-176, 2007.

\_\_\_\_\_. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. In: MONTEIRO,

(Org.). Fotografia, História e Cultura Visual: pesquisas recentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 9-49. Cf. em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/fotografia.pdf
PECHMAN, Robert M. (Org.). Olhares sobre a cidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 3-8.
; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Orgs.). <i>Cidade, Povo e Nação</i> . Gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
PESAVENTO, Sandra J. <i>O imaginário da cidade</i> . Visões literárias do urbano: Paris, Rio de janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no século XIX. São Paulo: Ed. Nacional, 2001.
Os sete pecados da capital. São Paulo: Hucitec, 2008.
PINOL, Jean-Luc. Le Monde des villes au XIX siècle. Paris: Hachette, 1991, p. 11-32.
POSSAMAI, Zita R. Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: A utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

fotográficos- Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado

RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade? São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. História Urbana: História na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. *Cidade e História*. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992, p. 27-30.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: Enciclopédia Einaudi, vol. 8. *Região*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 396-487.

Logiques urbaines. In: AGULHON, Maurice et al. (dir.). *La ville de l'âge industriel*. Le cycle hausmannien. Histoire de la France Urbaine. Vol. 4. Paris: Editions du Seuil, 1998, p. 17-24.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SILVA, Luis Otávio da. Cidade e História: um olhar epistemológico. *Integração*, abr./mai./jun. 2004, Ano X, n. 37, p. 111-126.

VELHO, Otávio (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidades. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987, p. 72-87.